
EVIDENCIAÇÃO DE UMA EMPRESA NO EXTERIOR. ESTUDO DO CASO CABO VERDE TELECOM S. A. - PORTUGAL TELECOM SGPS S.A.

*Anastácio Teodoro de Oliveira e Silva
Mestre em Ciências Contábeis FAF/UERJ*

*Natan Szuster
Profº Dr. Do Mestrado em Ciências Contábeis FAF/UERJ*

RESUMO

O presente trabalho explicita a complexidade para evidenciação de empresas controladas, situadas em países diferentes do controlador. No caso abordado, a empresa apresentada, Cabo Verde Telecom S. A., segue as normas contábeis de Cabo Verde e, supletivamente, as normas do IASB, sendo suas demonstrações contábeis enviadas para Portugal, onde são consolidadas pela Portugal Telecom SGPS, S.A. que, por sua vez, converte suas demonstrações para USGAAP, por negociar as suas ações na bolsa de NYSE. Além da Estrutura Conceitual da Contabilidade Cabo-verdiana, Internacional (IASB) e USGAAP, critérios que determinam à consolidação de balanços, são, também, apresentadas as realidades econômicas onde estão inseridas as empresas. Para melhor visualização do que ocorre são apresentadas às demonstrações contábeis, das empresas Cabo Verde Telecom S.A. e Portugal Telecom SGPS, S. A, assim como, a reconciliação dos Resultados e Patrimônios Líquidos – PGAAP e USGAAP.

A conclusão alcançada com esta pesquisa é que quando uma empresa passa por várias

conversões, os números são muito impactados. A pesquisa revelou, também, a necessidade de uma maior homogeneidade e transparência na evidenciação das empresas controladas e sua controladora, visando melhoria da informação contábil e, conseqüentemente, melhor captação de recursos.

Palavras-chave: Cape Verde, IASB, PGAAP X USGAAP, Evidenciação, Conciliação, Consolidação, Conversão, Harmonização, e Portugal Telecom..

ABSTRACT

The present dissertation explains the complexity of subsidiary disclosure situated in different countries by parent company. In this case, the present company, Cape Verde Telecom S.A. follows Cape Verde Generally Accepted Accounting Principles and supplemented by IASB's principles, so it sends these financial statements to Portugal, where they are consolidated by Holding Portugal Telecom SGPS, S.A. As a result, this company converts these financial statements to U. S. GAAP for the stocks to be quoted in NYSE.

Besides the Cape Verde Generally Accepted Accounting Principles, IASB and U.S. GAAP, the criteria that determined the financial statement consolidation, also presents some characteristics of the countries where the companies are located. To best present and visualize the companies, Cape Verde Telecom's and Portugal Telecom's financial statements and the reconciliation between Net Income and Shareholder's Equity determined by Portuguese GAAP and U. S. GAAP are presented.

It concludes that when one company transfers their financial statements, their numbers are impacted greatly. This research also shows the necessity of major homogeneity and transparency in subsidiary disclosure and this parent company by aiming for improvement of accounting's information and, in doing so attracting the best investments.

Keywords: *Cape Verde, IASB, Portuguese GAAP X U.S. GAAP, Disclosure, Consolidation, Conversation, Harmonization and Portugal Telecom.*

1 INTRODUÇÃO

Com a internacionalização econômica dos mercados, as empresas se viram forçadas a desenvolver suas atividades em um ambiente mais competitivo e complexo. Mudanças no fluxo global de capitais aumentaram a demanda de comparabilidade, nos relatórios contábeis de diferentes países. Os usuários das demonstrações contábeis têm características e demandas tão diferenciadas como nunca antes vistos, sendo indispensável relevância, transparência e credibilidade na

informação contábil. Sendo assim, a contabilidade deve se estruturar para atender usuários situados em diversos países e atender normas contábeis diferentes. Para Eliseu Martins (1987), “deve a contabilidade guiar-se pelos seus objetivos de bem informar, seguindo, se for necessário para tanto, a essência ao invés da forma”.

Muitas vezes, algumas informações não são divulgadas, o que pode distorcer a informação contábil, comprometendo a sua credibilidade e utilidade.

O presente trabalho objetiva explicitar a complexidade para evidenciar de empresas controladas, situadas em países diferentes do controlador. No caso abordado, a empresa apresentada, Cabo Verde Telecom S. A., segue as normas contábeis de Cabo Verde e, supletivamente, as normas do International Accounting Standard Board (IASB), sendo suas demonstrações contábeis enviadas para Portugal, onde são consolidadas pela Portugal Telecom, S.A. que, por sua vez, converte suas demonstrações de acordo com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos Norte-americanos (USGAAP), por negociar as suas ações na Bolsa de Nova Iorque (NYSE). Este trabalho aborda a questão da transparência das informações contábeis, após todas essas conversões.

Este estudo pretende apresentar a necessidade do aperfeiçoamento e atualização das normas, procedimentos e práticas da contabilidade e, em consequência, da transparência, nas demonstrações contábeis de publicação obrigatória. O caso apresentado é cada vez mais comum, em virtude da globalização das empresas, apesar de ser pouco estudado em ambientes acadêmicos.

2 ESTRUTURA CONCEITUAL CONTÁBIL DE CABO VERDE, IASB E USGAAP

Em Cabo Verde, segundo o Plano Nacional de Contabilidade (PNC), as empresas são obrigadas a apresentar Demonstração de Resultado de Exercício Extraordinário, separado de Demonstração de Resultados de Exercícios, além de Resultado de Exercícios Anteriores. O PNC propõe a elaboração de Demonstração de Resultados por Função para as empresas, que dispõem de uma contabilidade de custo, mesmo que de forma elementar.

Conforme o arcabouço contábil cabo-verdiano, a qualidade essencial da informação, proporcionada pelas demonstrações financeiras, pressupõe que ela seja compreensível aos usuários, sendo a sua utilidade determinada pela sua relevância, confiabilidade e comparabilidade. O arcabouço contábil cabo-verdiano segue as diretrizes do IASB. O IASB estabelece como premissas subjacentes, da informação contábil, o Regime de Competência e a Continuidade da Entidade. Ainda que tacitamente, o arcabouço vigente do IASB trata do fair value, ao falar do valor presente.

Assim como a Resolução do CFC 750/93, do Brasil, em Cabo Verde não há hierarquia conceitual e os princípios fundamentais são equitativamente dispostos.

Ao contrário do IASB, o Financial Accounting Standard Board (FASB) prioriza a relevância, confiabilidade e comparabilidade da informação contábil, para a tomada de decisões.

3 RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PGAAP E USGAAP

A Portugal Telecom preparou, igualmente, demonstrações consolidadas em formato internacional (Formulário – 20 F), com a finalidade de serem apresentadas junto a *Securities and Exchange Commission* (SEC) e a NYSE. Essas demonstrações contábeis consolidadas apresentam os mesmos valores de ativo, patrimônio líquido e lucro líquido que na versão Plano Oficial de Contabilidade (POC), mas, diferem destas, em suas apresentações, por incluírem determinadas reclassificações, para torná-las mais próximas de demonstrações contábeis, elaboradas nos Estados Unidos da América.

No sentido de facilitar a comparabilidade entre as demonstrações de resultados preparadas, de acordo com a versão POC e a versão internacional, apresenta-se, em seguida, uma reconciliação para itens mais relevantes: receitas operacionais, lucro operacional e lucro antes de impostos e de interesses minoritários.

Valores expressos em €

Receitas Operacionais (versão POC)	5.942.254.098
Receitas e custos extraordinários acrescidos ou deduzidos das receitas operacionais ^(a)	11.758.506
Trabalhos para própria empresa ^(b)	(74.499.765)
Receitas suplementares ^(b)	(99.824364)
Subsídios à exploração ou pesquisa ^(b)	(2.701.708)
Variação da produção	(234.214)
Outras receitas e ganhos operacionais ^(b)	<u>(640.979)</u>
Receitas operacionais (versão internacional – USGAAP)	5.776.111.574
Resultado operacional (versão POC)	1.278.119.040
Receitas e custos extraordinários acrescidos e deduzidos das receitas operacionais ^(a)	11.758.506
Custos ou receitas extraordinárias acrescidas ou deduzidas aos custos operacionais ^(c)	<u>23.849.667</u>
Lucro operacional (versão internacional – USGAAP)	1.313.727.213
Resultado antes de impostos de renda (versão POC)	969.729.010
Insuficiência líquida de estimativa de impostos ^(d)	<u>617.850</u>
Lucro antes de IR (versão Internacional- USGAAP)	970.346.860

(a) Este montante respeita, essencialmente, a ajustamentos, a receitas registradas nos exercícios anteriores, que, para efeito da versão internacional, são acrescidos a receitas operacionais.

(b) Na versão internacional, estas receitas são deduzidas aos custos operacionais.

(c) Estes valores respeitam a custos e receitas extraordinários, essencialmente, relativos a subsídios ao investimento e formação profissional e a constituição/ reversão de provisão extraordinária que, na versão internacional, são acrescidos, ou, deduzidos aos custos operacionais

(d) Este valor constitui um custo extraordinário na versão POC, ao passo que, na versão internacional, é incluído na rubrica imposto de renda do período.

Essas demonstrações consolidadas no formato internacional foram preparadas através do Formulário 20 – F. Como mencionado, anteriormente, essas demonstrações sofreram reclassificações, para se aproximarem mais das demonstrações contábeis elaboradas nos Estados Unidos da América. Por isso

apresentam os mesmo valores de Patrimônio Líquido e Lucro Líquido que as da versão POC. Ao mesmo tempo, a empresa apresentou, no mesmo formulário, a reconciliação das diferenças do lucro líquido e patrimônio líquido preparado pelos PGAAP e USGAAP. A seguir, são apresentadas as conciliações:

TABELA 1 – Reconciliação das Diferenças do Lucro Líquido preparado pelos PGAAP e USGAAP – Em € (Euros).

PORTUGAL TELECOM, SGPS S. A E SUBSIDIÁRIAS.

DESCRIÇÃO	ANO 2003	%
Resultado Líquido Consolidado conforme PGAAP.	240.235.301	100
Ajustes conforme USGAAP:		
Amortização do <i>Goodwill</i>	57.536.150	24
<i>Goodwill Impairment</i>	(60.618.184)	(25)
Venda de Imobilizado	(36.996.469)	(15)
Contabilização de perdas para complemento da provisão para passivo descoberto	(54.242.901)	(23)
Outros	54.913.267	23
Efeito de Impostos Diferidos sobre os ajustes	(55.284.405)	(23)
Ajustes líquidos	(94.692.542)	(39)
Res. Líquido antes das mudanças de princípios contábeis, de acordo com USGAAP	145.542.759	61
Efeito acumulado da mudança no princípio contábil SFAS 143	(7.388.840)	(3)
Resultado Líquido depois das mudanças no princípio contábil, de acordo com USGAAP	138.153.919	58

A empresa Portugal Telecom, SGPS S.A. apresentou resultado líquido, em 2003, de € 240.235.301 pelos PGAAP, contra € 138.153.919 pelos USGAAP, isto é, houve uma redução de 42% em relação ao PGAAP. Os pontos que apresentaram diferenças significativas, em relação aos PGAAP e USGAAP, no Resultado Líquido, são os seguintes:

a) Amortização do *goodwill*

Em 2003, sob PGAAP, teve uma diferença de provisão, para cobrir riscos inerentes, relacionados com o potencial futuro do *impairment*, nos investimentos financeiros. Sob USGAAP, todos os efeitos dessa provisão foram revertidos.

b) *Goodwill Impairment*

O FASB utiliza a palavra *impairment*, apenas, quando o valor contábil excede a soma de fluxo de caixa futuro, não descontado. Se o ativo sofrer uma perda de benefícios futuros, ainda assim, se o fluxo de caixa futuro, não descontado, for superior ao valor contábil líquido do ativo, a empresa terá sofrido uma perda, mas o termo *impairment* não se aplica.

Como foi referido, anteriormente, a companhia passou a adotar o SFAS N.º 141 “*Business Combinations*” e o SFAS N.º 142 “*Goodwill and Other Intangible Assets*” no início de exercício de 2001.

Em adoção, a companhia realizou uma avaliação inicial de *impairment* do valor contábil do *goodwill*, como requer o SFAS 142. Durante o último quadrimestre de 2002, a companhia realizou a revisão anual do *impairment* do *goodwill* e registrou um *impairment* de € 226.2 milhões (líquido das participações minoritárias). Esse *impairment* refletiu um declínio total do valor de mercado ajustado do segmento de PT Multimídia, baseado em tendências do investimento de publicidade. Esse custo, ou encargo, foi registrado nas participações minoritárias líquidas, no valor de € 174.4 milhões. Incluindo custos de redução, o valor contábil do *goodwill* desses negócios foi de €\$ 400.6 milhões. O montante de € 400.6 milhões inclui, também, € 37.0 milhões registrados sob PGAAP e € 63.6 milhões, incluídos na reconciliação do patrimônio líquido, entre PGAAP e USGAAP, em dezembro de 2002. Em 2003, não foi realizado o teste *impairment*, mas houve uma amortização no valor de 60 milhões de euros. Para propósito de USGAAP, todos os efeitos desta provisão, ou amortização, foram revertidos.

c) Vendas de Ativo Imobilizado

Sob PGAAP, a venda sob operação de *lease* de imóveis (escritórios) tem resultado num ganho líquido de € 38,9 milhões, registrados em 2003, e um montante de € 27 milhões diferidos, no decurso do período do *lease*.

Sob USGAAP, tal transação envolvendo imóveis e incluindo equipamentos deve ser classificada como venda sob provisão do FASB N.º 66 “*Accounting for Sale of Real Estate*”. Considerando a guia apropriada, sob USGAAP, a companhia foi considerada legalmente, pois mantém a posse do bem alienado (*lease – back*), registrando-os em seu ativo. Por conseguinte, sob o USGAAP, a companhia considerou que

essa venda não foi consumada e, conseqüentemente, a respectiva operação foi classificada como uma transação financeira, e esse valor deduzido do resultado.

d) Contabilização de perdas para complemento da Provisão para Passivo a Descoberto

Em 2003, a companhia concedeu empréstimo para as companhias afiliadas, cujas transações são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, com patrimônio líquido negativo. Para o USGAAP, a companhia aplicou a guia sob EITF 98-13 e EITF 99-10, e considerou que parte do aumento do prejuízo dessas companhias afiliadas deve-se ao respectivo empréstimo pego, por isso, registrou-se um prejuízo de € 54.242.901.

e) Efeito acumulado da mudança no princípio contábil SFAS 143

Em janeiro de 2003, o grupo adotou a provisão do SFAS 143 “*Accounting for Asset Retirement Obligations*”. A obrigação com o ativo de aposentadoria representa a obrigação legal, associada com o ativo intangível de aposentadoria, de longa duração, que é incorrido na aquisição, construção, desenvolvimento, ou, operação normal daquele ativo, em longo prazo.

Esse SFAS determina que o passivo de uma baixa contábil seja registrado pelo *fair value*, no período em que ocorrer. O passivo é registrado, inicialmente, pela capitalização dos custos incorridos, aumentando o valor contábil dos respectivos ativos de longa duração.

Em cada período subsequente, o passivo é elevado para o valor presente de custos adicionais incorridos, e, cada um, dos custos, é capitalizado e depreciado, com base na vida útil do ativo de longa duração. Na quitação, o passivo é quitado

pelo valor registrado, ou deverá ser registrada qualquer variação em ganho, ou perda, no período incorrido.

A adoção desse padrão resultou, em 2003, no crescimento de prejuízo, depois de imposto de € 7.388.840,

correspondentes ao efeito acumulado de mudança, no princípio contábil.

Um ponto a destacar é o efeito de imposto diferido sob os ajustes, que, também, contribui para essa diferença no resultado líquido da empresa.

TABELA 2 - Reconciliação das diferenças do Patrimônio Líquido preparado pelos PGAAP e USGAAP – Em €\$ (Euros).

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S. A. E SUBSIDIÁRIAS

DESCRIÇÃO	ANO 2003	%
Patrimônio Líquido Consolidado conforme PGAAP.	2. 940. 826. 925	100
Ajustes conforme USGAAP:		
Benefícios de pensão e plano de saúde	(309.693.821)	(11)
Reavaliação do ativo permanente	(196.957.276)	(7)
PTM <i>Business Combination</i>	(144.554.615)	(5)
Amortização do <i>Goodwill</i>	151.713.804	5
<i>Goodwill Impairment</i>	(88.306.412)	(3)
Contabilização de perdas para complemento da provisão para passivo descoberto	(54.242.901)	(2)
Ajustes no P. L. referente às investidas, conforme USGAAP	(442.931.730)	(15)
Venda do Imobilizado	(36.996.469)	(1)
Reconhecimento de Receitas	(155.452.334)	(5)
Outros	75.418.719	3
Efeito de Impostos Diferidos sobre os ajustes	260.148.785	9
Ajustes líquidos	(941. 854. 250)	(32)
Patrimônio Líquido depois das mudanças no princípio contábil, de acordo com USGAAP	1. 998. 972. 675	68

Por outro lado, o grupo apresentou patrimônio líquido, em 2003, de € 2.940.826.925, pelos PGAAP, comparado com € 1.998.972.675, pelos USGAAP, isto é, houve uma redução de 32%, em relação ao PGAAP. Os pontos que provocaram diferenças significativas, em relação aos PGAAP e USGAAP, no Patrimônio Líquido, são os seguintes:

a) Benefícios de pensão e plano de saúde

O uso do valor justo na mensuração dos ativos do plano de pensão, pelos US GAAP, diferente de Portugal GAAP, conduz a diferenças no retorno esperado dos ativos. A amortização de prejuízos e ganhos líquidos, pelo Portugal GAAP, não obedece ao “corredor” de 10% (igual a

10% do maior entre a obrigação de benefício projetado ou o valor de mercado dos ativos do plano). Os cálculos dos custos das pensões e fundos foram maiores no PGAAP, que sob USGAAP, por isso, foram deduzidos no Patrimônio Líquido, para este fim.

Como foi dito anteriormente, a PT Telecomunicações mantém um Plano de Saúde aplicável aos seus empregados ativos, pré – reformados, reformados e aposentados, bem como, aos respectivos familiares elegíveis (legítimos). Os custos com esse plano foram registrados na rubrica “Custos com o Pessoal – Encargos sociais, com base nas estimativas constantes dos estudos atuariais, elaborados por uma entidade independente”.

b) Reavaliação de ativo permanente

Devido ao impacto da inflação dos anos anteriores, em 2003, a legislação portuguesa permitiu que as empresas reavaliassem os seus ativos fixos, de acordo com as taxas oficiais de inflação, que só aceite como custo para efeito do cálculo de imposto, apenas 60% do aumento das amortizações, resultantes de reavaliações. Sob o USGAAP, o ativo permanente não pode ser registrado por valores maiores que o seu custo histórico, por isso esses valores foram revertidos.

c) *PTM Business Combination*

No exercício de 2001, a companhia adquiriu a participação da PT Multimídia pelo preço, à vista, de € 161.683.951. Sob PGAAP, a companhia alocou integralmente, para o *goodwill*, o ágio (excesso) do preço de compra sobre o valor contábil das participações adquiridas. Sob o USGAAP, o *goodwill* foi registrado com base no *fair value* das participações adquiridas, naquela data. A diferença do valor do *goodwill*, registrado sob o USGAAP, gerou uma redução no custo do

goodwill, amortizado em 31 de dezembro de 2001. Essa diferença no valor do *goodwill* líquido da amortização acumulada foi de € 144.554.615.

d) Ajustes no Patrimônio Líquido referente às investidas conforme USGAAP

Nessa linha, foi incluído o ajuste referente a investimento no Brasicel, em dezembro de 2003. Em 2002, algumas quantias foram reclassificadas, a fim de comparação. Essa reclassificação diz respeito ao uso do método de equivalência patrimonial na consolidação do investimento, nessa companhia. Essas reclassificações recaem sobre a amortização do *goodwill* (antes da adoção do SFAS N.º 142 em janeiro de 2002), amortização de ativos intangíveis com vida infinita, ganhos e perdas referentes à alienação de ativos permanentes, redução de custos de mão-de-obra (que são excluídos do resultado operacional sob PGAAP e que são considerados itens de resultado operacional sob USGAAP). A reclassificação dos itens ganhos e perdas, na alienação de investimentos, foram consideradas como despesas extraordinárias, de acordo com o PGAAP. Sob USGAAP, esses itens deveriam ser classificados como itens extraordinários, dentro de outras receitas e despesas.

e) Contabilização de perdas para complemento da Provisão para Passivo a Descoberto Venda do Ativo Imobilizado, Amortização do *Goodwill* e *Goodwill Impairment*.

Esses itens já foram comentados anteriormente e representam à contrapartida do resultado, portanto, o impacto é o mesmo.

f) Reconhecimento de receitas

Em dezembro de 1999, a SEC emitiu o SFAS 101 “Revenue Recognition in Financial Statements” (“SAB 101”). Em adição, o SAB também destaca os fatores a

serem considerados, quando se determina a base de reconhecimento da receita bruta e líquida. O SAB 101 foi emendado pelo SAB 101/A e SAB/B e atualizado pelo SAB 104 e passou a ser adotado pelas companhias, no final de 2000.

O SAB permite que certas receitas sejam registradas de maneira diferente, em relação à PGAAP. Um exemplo disso é o reconhecimento da receita proveniente da venda de cartão de telefone, pré-pago, “*phone card*”. Até Dezembro de 2001, as companhias portuguesas registravam as receitas pela venda dos cartões pré-pagos, no momento em que o cliente fazia o pagamento do cartão. Segundo SAB 101, as receitas devem ser reconhecidas de acordo com o uso efetivo do cartão, medido pelos minutos.

Em 2002, as companhias portuguesas mudaram o método do reconhecimento da receita, registrando uma provisão, extraordinária, baseada nos minutos estimados, a serem usados no futuro, e, para determinar o valor da receita a ser diferido. Foram registrados € 82.252.296 de receitas diferidas, referentes, essencialmente, a minutos de cartão pré – pago, não consumidos pelos clientes destes serviços moveis na TMN e VIVO, na rubrica Acréscimos e Diferimentos. Em 2002, estes diferimentos eram registrados numa rubrica de provisões para outros riscos e encargos. Já no final de 2003, registravam as receitas baseadas, apenas, nos minutos usados do cartão.

Mais uma vez cabe destacar que esses ajustes resultaram num Efeito Acumulado de Imposto Deferido, no valor

de € 260.148.785, que impactou o patrimônio líquido, significativamente.

4 ANÁLISE E COMPARAÇÃO DOS ÍNDICES ECONÔMICOS – FINANCEIROS DO GRUPO TELECOM SGPS, S.A. ENTRE O PGAAP E O USGAAP

A análise por meio de índices é usada para comparar o desempenho e a situação de uma empresa com outras empresas, ou, consigo mesma, ao longo do tempo, sob princípios contábeis diferentes.

Matarazzo (2003: 145) define índice como “a relação entre as contas ou grupo das demonstrações financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa”.

Segundo Guitman (2002:102) “a análise por meio de índices envolve os métodos de cálculo e a interpretação dos índices financeiros, para avaliar o desempenho e a situação da empresa”.

Para Stickney e Weil (2001: 231) “os índices ajudam a análise das demonstrações contábeis, porque eles resumem os dados contidos nas demonstrações – de forma conveniente, fácil de entender, interpretar e comparar”.

Nessa pesquisa serão calculados e analisados, apenas, os índices de liquidez corrente, de endividamento em curto prazo e rentabilidade sobre o patrimônio líquido, sob PGAAP e USGAAP. A seguir são apresentadas as fórmulas dos índices referidos:

$$\text{Liquidez corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{Endividamento a curto prazo} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível Longo Prazo}} \times 100$$

$$\text{Rentabilidade do Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Os índices são calculados sobre as demonstrações contábeis do Grupo Portugal Telecom SGPS, S.A, exercício de 2003, sob PGAAP e USGAAP.

Os dados a serem utilizados são as seguintes:

ITENS DO BALANÇO	PGAAP	USGAAP
Ativo Circulante	5.645.958.327,00	4.604.694.594,00
Passivo Circulante	2.519.882.681,00	2.807.297.794,00
Exigível em Longo Prazo	4.620.365.487,00	6.754.766.033,00
Lucro Líquido	240.235.301,00	138.153.919,00
Patrimônio Líquido	2.940.826.925,00	1.998.972.675,00

Obs: Os dados referentes o USGAAP se encontram nas notas explicativas do

balanço do PT _ 2003 _ 20 F, disponível no site: www.pt.pt.

Segue os índices financeiros do Grupo Telecom sob PGAAP e USGAAP.

ÍNDICES	PGAAP	USGAAP
Liquidez Corrente	2,24	1,64
Endividamento a CP	35%	29%
Retorno sobre o PL (ROE)	8%	7%

O índice de endividamento de curto prazo passou de 35% para 29%, pois, o perfil da dívida em curto prazo é menor sob as normas Norte Americanas, o que dá entender que, sob as normas Portuguesas, ela tem mais compromissos em curto prazo, para honrar. A liquidez corrente diminui, isto é, a empresa precisa gerar mais recursos para melhorar a sua liquidez sob USGAAP. A rentabilidade do Capital Próprio passou de 8%, para 7%, sob o USGAAP, mostrando que a empresa

conseguiu uma menor remuneração do seu capital. Tudo isso se deve aos ajustes feitos no Patrimônio Líquido e no Lucro Líquido e, também, por causa das diferenças de práticas e normas contábeis entre PGAAP e USGAAP. Em consequência, o valor contábil efetivo das ações da empresa é diferente nos dois cenários. Isso dá a entender que a mesma empresa, no mesmo exercício, teve melhor desempenho sob ótica do PGAAP, que sob o USGAAP.

Tanto do ponto de vista financeiro, como econômico, a sua situação piorou sob a ótica do USGAAP.

5 CONCLUSÃO

Com a globalização, as empresas passaram a ter presença internacional. A contabilidade, porém, ainda não conseguiu ter normas únicas, como consequência, uma empresa controlada terá de seguir normas diferentes, o que pode prejudicar a sua transparência.

A presente pesquisa teve como objetivo apresentar as demonstrações contábeis da empresa Cabo Verde Telecom S. A. e os ajustes mais relevantes, que foram necessários para a adaptação às normas do IASB e às utilizadas pela controladora Portugal Telecom SGPS, em paralelo ao posterior ajuste deste para USGAAP, e, bem como identificar e quantificar a magnitude das diferenças no resultado e no patrimônio líquido.

Em relação aos ajustes que a empresa Cabo Verde Telecom S. A. fez para se adaptar às normas do IASB, não foi possível identificar, uma vez que, a empresa não disponibilizou os dados, o que dificultou muito o processo da elaboração deste trabalho. Também cabe ressaltar que as demonstrações contábeis analisadas pertencem aos exercícios de 2001, 2002 e 2003.

Em termos de evidenciação, concluiu-se que as normas contábeis norte-americanas são mais abrangentes, rigorosas e complexas, que as do IASB, e, conseqüentemente, das portuguesas e das cabo-verdianas. Mostrou-se que, em Cabo Verde, a contabilidade encontra-se em fase de desenvolvimento, motivo pelo qual, geralmente, são seguidas as diretrizes emanadas em nível internacional. A Comissão de Normalização Contabilística

e a Ordem dos Auditores e Contabilistas já estão constituídas, pelo que é possível que venham a surgir novidades, em termos de matérias contábeis.

Essa pesquisa mostrou que, quando uma empresa passa por várias conversões, os números são muito impactados. Neste estudo de caso, notou-se que, quando o balanço de Portugal Telecom é convertido para o USGAAP, provoca um efeito relevante, no Resultado Líquido e no Patrimônio Líquido. Mostrou-se que as diferenças de procedimentos podem influenciar, sobremaneira, os resultados apresentados pelas empresas portuguesas, quando são utilizados os princípios contábeis norte-americanos e que o entendimento de tais procedimentos requer uma formação acadêmica forte e experiência profissional.

Constatou-se, ainda, que os principais itens que causaram diferenças no resultado e patrimônio líquido foram o tratamento de *goodwill*, amortização do *impairment*, investimentos em outras empresas (*Business Combination*), benefícios de pensão e reconhecimento de receitas.

Foi notada diferença entre as normas e práticas contábeis de Cabo Verde, IASB, PGAAP e USGAAP.

Observou-se diferença na forma de evidenciação das demonstrações contábeis das empresas, principalmente, no que diz respeito ao balanço patrimonial e à demonstração de resultado de exercício. O Balanço Patrimonial da empresa Portugal Telecom SGPS S. A. começa pelo imobilizado, isto é, do não circulante para o circulante, conforme a estrutura européia. O balanço patrimonial da empresa Cabo Verde Telecom S. A., por sua vez, começa pelas disponibilidades, isto é, do circulante para o não circulante, segundo o modelo norte-americano.

As demonstrações de resultados por natureza das duas empresas, por sua vez, apresentam as mesmas estruturas, isto é, começam por Custos e Perdas, onde se incluem custos de mercadorias vendidas e materiais consumidos, custos e perdas financeiras, custos e perdas extraordinárias. Na seqüência, vêm os Proveitos (receitas) e Ganhos que, por sua vez, são compostos por vendas de mercadorias e produtos, receitas e ganhos financeiros e receitas e ganhos extraordinários. Após estes, vêm resultados operacionais, resultados financeiros, resultados correntes, resultados antes de impostos e interesses minoritários e resultado consolidado líquido do exercício.

A empresa Portugal Telecom SGPS S. A., quando prepara as suas demonstrações consolidadas em formato internacional, com finalidades de serem apresentadas junto a SEC e a NYSE, apresenta a sua demonstração de resultado, segundo o modelo norte-americano, diferentemente, da apresentada para fim de PGAAP.

Notou-se, também, que a empresa Cabo Verde Telecom S. A. apresenta, no seu Relatório Anual de Conta, além do Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado de Exercício, as seguintes demonstrações: Demonstração dos Resultados Extraordinários do Exercício, Demonstração dos Resultados de Exercícios Anteriores, Mapa de Origem e Aplicação de Fundos conforme determina o PNC e Fluxo de Caixa segundo as determinações internacionais (IASB).

A Contabilidade é considerada a linguagem universal de negócios. Por isso é conveniente uma homogeneidade universal de tratamento para registros e divulgação de fatos contábeis de uma mesma natureza.

Este trabalho mostrou que a harmonização dos princípios e normas

contábeis pode contribuir para a valorização da Contabilidade. Essa harmonização traria o aumento de transparência, compreensão e comparação das informações divulgadas aos diferentes cenários econômico-financeiros mundiais; reduziria custos de elaboração, divulgação e auditoria das demonstrações contábeis; eliminaria, significativamente, as diferenças em resultados gerados pelo reconhecimento contábil das operações, a partir de um único conjunto de normas; facilitaria e simplificaria o processo de consolidação das demonstrações contábeis; melhoraria a comunicação da empresa com os seus investidores nacionais e estrangeiros e viabilizaria os investimentos diretos estrangeiros e o fluxo de capitais internacional.

Os países e as empresas que adotem as normas internacionais de contabilidade tendem a ter vantagem, significativa, sobre os demais no processo de tomada de decisão dos investidores sobre novos investimentos. Dessa forma, recomendamos que Cabo Verde promova, efetivamente, a convergência entre as suas normas locais e as normas contábeis internacionais, no sentido de apresentar e divulgar informações contábeis mais transparentes, confiáveis e comparáveis.

Os números de empresas selecionados para a amostra poderiam ser aumentados, bem como, poderia haver a inclusão de empresas de outros ramos de atividade. Poderia ser feita, também, uma comparação entre as normas ou práticas contábeis, de Cabo Verde e do Brasil.

6 BIBLIOGRAFIA

ANTHONY, N. Robert. **Management Accounting – Text and Cases**, Nova York: NAA, ed. 1960.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Princípios fundamentais de**

- contabilidade e normas brasileiras de contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2000.
- _____. **Contabilidade avançada:** de acordo com as novas exigências do MEC para o curso de Ciências Contábeis: textos exemplos e exercícios resolvidos. São Paulo: Atlas, 1997.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE (17^o: 2004: SANTOS).
- PROCESSO DE EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÃO PARA O MERCADO DE CAPITAIS INTERNACIONAIS: Um estudo comparativo das demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais:** São Paulo, 2004.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade.** 2. ed. Brasília: CFC, 2000.
- COSTA JR., Jorge Vieira da. **As estruturas conceituais do FASB e do IASB.** Boletim IOB Temática Contábil e Balanços. N.º 11-1: São Paulo, 2002.
- _____. **Uma incursão por normas contábeis dos EUA, e do IASB e da CVM, para os instrumentos financeiros, como subsídio à avaliação do nível de evidenciação das companhias abertas no Brasil.** Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – FAF-UERJ, 2002.
- Decreto N.º 4 30/01/84. **Plano Nacional de Contabilidade de Cabo Verde.** B. Oficial n.º 4, de 30 de janeiro de 1984.
- Decreto-Lei n.º 47, de 7/02/77. **Plano Oficial de Contabilidade de Portugal.** Portugal, 1977.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** 18. Ed., Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- FIPECAFI/ Arthur Andersen. **Normas e práticas contábeis no Brasil.** 2. ed – São Paulo: Atlas, 1994.
- GALINKIN, Gilberto. **BRGAAP e USGAAP:** Estudo comparativo das demonstrações contábeis de empresas que atuam no setor da telefonia fixa. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – CCJE/FACC – UFRJ, 2003.
- HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria de Contabilidade,** 5. ed., Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.
- IBRACON. **Princípios contábeis.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- _____. **Normas internacionais de contabilidade.** São Paulo: Atlas 1998.
- IUDÍCIBUS, Sergio de. **Teoria da contabilidade.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPÉIA. **Normas Internacionais de Contabilidade.** Lisboa: EEE, 2003.
- KPMG. **Comparações entre práticas contábeis.** 2 ed. São Paulo: DPP Brasil, 2001.
- OLIVEIRA, António. **Contabilidade Geral e Financeira.** 3. ed. Lisboa: Rei dos Livros, 1997.
- MANUELA, Maria et al. **História da Contabilidade em Cabo Verde.** Trabalho Acadêmico (Graduação em Economia e Gestão) – Instituto Superior de Ciências Econômicas e Empresariais (ISCEE) da

- Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, Cabo Verde, 2004.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. **Guia para elaboração de monografias e trabalho de conclusão de curso**. 1. ed – São Paulo: Atlas, 2000.
- MARTINS, E et al. **Manual das sociedades por ações**; aplicável às demais sociedades / FIPECAFI. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2003.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- STICKNEY, Clyde P. e WEIL, Roman L. **Contabilidade Financeira**. Tradução de José Evaristo dos Santos. São Paulo: Atlas, 2001.
- TOSTES, Fernando P. **Transparências em Demonstrações Financeiras**. Trabalho apresentado no 3º Encontro do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ. Rio de Janeiro, 2002.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1997.
- www.fasb.org
www.iasb.org
www.cfc.org.br
www.cvm.org.br
www.sec.gov
www.usp.br
www.pt.pt
www.ctoc.org.pt
www.oroc.org.pt
www.mefin.org.cv
www.bcv.cv